



Proyecto URB-AL: R9-04-A4
*PARTICIP@NDO EN LA GOBERNABILIDD LOCAL:
Impacto de los presupuestos participativos en la
Administración pública local*

Documento de trabajo:

Fichas de Estudio Base¹:
Preguntas Claves

1ª Fase Estudio de Caso: ESTUDIO BASE
(Hasta Montevideo. Ultima semana de Noviembre)

¹ Corresponden a cada uno de los bloques temáticos recogidos en el Documento GUIA de trabajo R9-A4-04

Bloque 1:

Objetivo: Información general del presupuesto participativo

Ficha 1. Preguntas Clave (según las 5 dimensiones establecidas en el Documento Base de la RED 9)

Ficha 1

1 DATOS BASICOS

1. 1 Nombre del Municipio; **Belo Horizonte**
1. 2 Nombre del Alcalde y Contacto (Fax, mail); Fernando Damata Pimentel (031-3224-3099) gabpref@pbh.gov.br
1. 3 Dirección de la persona de contacto para el Presupuesto Participativo; Maria Auxiliadora Gomes
1. 4 Teléfono, fax, e-mail del Municipio; (031-3277-4983, 031-3277-4437, dora@pbh.gov.br)
1. 5 Población total (año); censo 2000 IBGE- 2.238.526
Homens; 1.057.263/Mulheres: 1.181.263
1. 6 Población Urbana del Municipio; 100%
1. 7 Principales actividades productivas A principal atividade é o setor de serviços.
1. 8 Número de Concejales; 41
1. 9 Número de Empleados Municipales; Administração direta; 24.091/
Administração indireta; 5.601 Total 29.692
1. 10 Describir las principales competencias municipales; Saúde, Educação, Infra-estrutura urbana, Assistência Social, Abastecimento, Cultura, Esporte e Lazer, dentre outras
1. 11 - Régimen/sistema de gobierno
R: Eleições Diretas para a Prefeitura e Para Câmara Municipal

1. 12 Comienzo y fin de la gestión actual de gobierno; 2005 a 2008

2. PRESUPUESTO MUNICIPAL: Finanzas Locales y Presupuesto Participativo (2003-2005)

2.1 Ingresos Municipales (describir)

2.2 Análisis de los gastos (egresos) municipales (por capitulos presupuestarios y por áreas municipales) incluyendo el Servicio y amortización de las deudas municipales

2003		
	Previsto	Realizado
Receita	2.415.033.207	2.081.178.691
Despesa	2.415.033.207	2.286.616.608

2002 (estimado, alcançado, executado)

2004		
	Previsto	Realizado
Receita	2.814.681.493	2.587.158.202
Despesa	2.814.681.493	2.575.287.734

2003 (estimado)

2005	
	Previsto
Receita	3.597.425.670
Despesa	3.597.425.670

14. Taxas e impostos municipais (valor) 2001 (estimado, alcançado)

2003		
	Previsto	Realizado
Taxa de Impostos	670.159.348	643.740.583

2002 (estimado, alcançado)

2004		
	Previsto	Realizado
Taxa de Impostos	761.693.139	784.108.760

2003 (estimado)

2005	
	Previsto
Taxa de Impostos	953.071.743

2003 (estimado)

2003	
	Previsto
% Gasto Investimento	17,22%

Ingressos e transferências do governo federal (valor)

2003 (estimado)

2003	
	Previsto
Transf. União	658.862.300

Ingressos e transferências de outros níveis governamentais - cidade, estado (valor)

2003	
	Previsto
Transf. Estado	494.857.479

Ingressos por Endividamento e Crédito (valor)

2003 (estimado)

2003	
	Previsto
Operação Crédito	64.383.022

Endividamento do Município em 31 de dezembro (valor)

2003 (estimado)

2003	
	Estimado
Endividamento da PBH em 31/12	658.312.310

19. % do orçamento municipal gasto com pessoal 2001 (estimado, alcançado)

() Como não consta do balanço da PBH o destaque do gasto total com pessoal e como a classificação orçamentária não identifica a despesa com pessoal da Adm. Indireta, só está compondo a % do gasto com o da Adm. Direta. O da Indireta está compondo o% de manutenção.*

2003 (estimado)

2003	
	Previsto
% Gasto Pessoal	40,57%

2003 (estimado)

2003	
	Previsto
% Gasto Investimento	17,22%

21. % do orçamento total gasto com manutenção

2003 (estimado)

2003	
	Previsto
% Gasto Manutenção	39,03%

Gasto com serviço e amortização da dívida pública municipal (valor)

2003 (estimado)

2003	
	Previsto
Serviço Dívida	76.690.290

3.1 Datos generales

- 3.1.1 ¿Desde cuándo existe el Presupuesto Participativo (PP.)? Desde 1993
- 3.1.2 ¿Es el PP. una política de sector o está en el Gabinete del Alcalde o abarca diferentes políticas de sector?
O Orçamento participativo envolve todas as políticas públicas do município.

3.2 Dimensión Presupuestaria y Financiera

- 3.2.1 ¿Qué cantidad de recursos se discutieron durante el presupuesto participativo?
(en moneda local - 2003, 2004, 2005).

R:

REGIONAL / Habitação	OP 2001- 2002	OP 2003/2004	OP 2005/2006
OP Regional	69.917.000,00	74.650.004,00	80.000.000,00
Habitação	16.000.000,00	16.500.000,00	16.500.000,00

- 3.2.2 ¿Cuál es el origen de los recursos disponibles para el presupuesto participativo?

- recursos nacionales
- proyectos específicos
- recursos propios
- donaciones
- outro

R: Recursos Próprios. ROT – Recursos ordinários do tesouro.

- 3.2.3 ¿Cuál ha sido el impacto del Presupuesto Participativo sobre la recaudación fiscal?

R: Não existem ainda estudos para avaliação deste impacto.

- 3.2.4 ¿Qué porcentaje de las demanda de la ciudadanía presentadas durante el presupuesto participativo se concretó en obras o servicios?

R: 1.086 empreendimentos aprovados, sendo que 774 (71%) estão concluídos e 312 (29%) em andamento.

- 3.2.5 ¿Existen criterios previamente definidos para el reparto de los recursos?
(por distritos, por temas, por actores, por ejemplo)

R: Sim. Trata-se de critérios construídos a partir da utilização de instrumentos de planejamento, dentre os quais: Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU, Plano Global Específico – PGE e Áreas Prioritárias para Inclusão Social.

O IQVU mede aspectos relativos à oferta de equipamentos e serviços urbanos. Para o cálculo do IQVU, foi adotada a divisão das regiões áreas menores, denominadas Unidades de Planejamento – UP. As UP totalizam 81 áreas na cidade. Grandes aglomerados de vilas constituem UP independentes.

As UP foram hierarquizadas por ordem decrescente do IQVU, sendo que as 26 UP de melhor índice, compõem as chamadas Sub – Regiões Especiais. A distribuição de recursos é diretamente proporcional à população e inversamente proporcional ao IQVU

Áreas Prioritárias para Inclusão Social são áreas onde as condições de pobreza estão concentradas, hierarquizadas mediante um conceito operacional de pobreza relativa combinado ao de pobreza absoluta, envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental – urbana, no universo dos 2564 setores censitários definidos pelo IBGE. O mapeamento destas áreas é utilizado no planejamento e definição de prioridades das políticas públicas, sendo que, demandas apresentadas ao OP pelas comunidades das Áreas Prioritárias recebem um *peso* baseado na proporção dessa população em relação à população da região, que se traduz em fator multiplicador dos votos na 2ª rodada e no Fórum Regional .

A construção dos critérios para a distribuição dos recursos utiliza os instrumentos acima mencionados, relacionando-os ao número de habitantes de cada região, sub-região, Unidades de Planejamento e ao número de participantes destas nas várias etapas do OP.

Assim, são critérios para a distribuição de recursos no OP:

- Distribuição dos recursos por espaço territorial regional a partir das Unidades de Planejamento – UP: quanto mais populosa a região e menor IQVU, maior volume de recursos; quanto menos populosa a região e maior IQVU, menor volume de recursos.
- Aprovação de, no mínimo, 01 (uma) obra por sub – região e, no máximo, 01 (uma) obra por bairro
- Exigência de taxa mínima de presença na rodada de seleção de empreendimentos no Fórum Regional do Orçamento Participativo
- Sub – Regiões Especiais têm assegurados 10% dos recursos do

OP e contam com 30% da população.

- Áreas Prioritárias recebem um *peso* que se traduz em fator multiplicador dos votos na 2ª rodada e no Fórum Regional.

3.3 Dimensión popular y representación

3.3.1 ¿Cuántas personas participan? (en números absolutos y según sexo)

No OP 2003/2004 participaram 30.479 pessoas em números absolutos. Não existem dados separando por gênero os participantes. Porém, uma pesquisa, com delegadas e delegados, realizada durante os Fóruns Regionais de Prioridades Orçamentárias, com 15,5% dos participantes, apontou que 52,40% eram do sexo masculino e 46,96% eram do sexo feminino. 0,64% não responderam à esta questão.

No OP 2005/2006 (o processo é realizado a cada 2 anos), participaram 38.302 pessoas em números absolutos. Desta vez, não foi realizada uma pesquisa com o perfil dos participantes.

Estes valores de participação referem-se ao total de participantes excluindo a 1ª Fase do OP – reuniões em bairros.

3.3.2 ¿Existe un consejo de Presupuesto Participativo?

Sim. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO /COMFORÇA – Comissão eleita entre os delegados presentes nos fóruns regionais do orçamento Participativo, para acompanhar a execução dos empreendimentos do OP. Este grupo é permanentemente envolvido no andamento dos processos desde a licitação de projetos até a conclusão de cada empreendimento.

3.3.3 ¿Cuál es la instancia de decisión final para definir el presupuesto?

É o Fórum Regional de Prioridades Orçamentárias, através do qual, decide o Plano regional de prioridades orçamentárias.

3.3.4 ¿Cómo esta compuesto el Consejo de Presupuesto Participativo o la instancia similar?

Os representantes das COMFORÇAS são eleitos entre os delegados presentes nos Fóruns regionais do OP, e se compõem de 20% dos delegados presentes.

3.3.5 ¿Cuál es el sistema de elección de las delegadas y delegados en el Consejo de Presupuesto Participativo?

Eleição direta no fórum de delegados.

Qual é o número de delegados por participantes?

Na 2ª rodada do OP, são eleitos os delegados que têm a atribuição de eleger o Plano Regional de Empreendimentos e a COMFORÇA – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo.

Nestas rodadas realizadas em cada sub regional (a 1ª rodada é

aberta à comunidade em geral), os moradores da respectiva sub – região (com comprovação obrigatória de endereço para as sub regiões especiais), de idade acima de 16 anos escolhem seus delegados ao Fórum Regional, da seguinte maneira:

- 1- Delegados em função da presença
- 2- 1 (um) delegado(a) representante de Associação Comunitária legalmente estabelecida

O critério para escolha de delegados em função da presença se dá conforme se segue:

- 1 delegado para cada 10 presentes até o limite de 200 moradores presentes;
- mais 1(um) delegado para cada 15 presentes, no intervalo entre 201 a 400 presentes;
- mais 1 (um) delegado para cada 20 presentes, acima de 400 presentes.
- Para cada delegado escolhido é eleito um suplente.

3.3.6 ¿Existen instancias ciudadanas para el control presupuestal y de las obras aprobadas durante el presupuesto participativo?

Sim, as COMFORÇA's.

3.3.7 ¿Los números de la ejecución del presupuesto son presentados a los participantes populares?

¿Cómo?

Sim. Através de uma reunião mensal de representantes do governo, onde é apresentado um relatório da situação das obras. A COMFORÇA ainda acompanha diretamente a execução da obra "in loco" e pode solicitar informações à PBH a qualquer momento.

3.3.8 ¿Cuál es la relación con el organismo legislativo durante el proceso?

Cabe à câmara municipal de vereadores a aprovação do orçamento geral da PBH e sua aplicação nas obras do OP.

Eles também participam das rodadas do OP e nas reuniões mensais das COMFORÇA's, geralmente na região onde estão mais ligados, e de acordo com a sua disponibilidade.

3.3.9 ¿Se analizan las demandas durante el proceso del presupuesto

participativo?

¿Hay análisis técnico?

¿Cómo?

Sim. São pré - selecionadas 25 obras por regional, a partir das obras indicadas por cada bairro. Depois, os delegados visitam as 25 obras da sua regional nas Caravanas de Prioridades.

Há análise técnica? Como? Os técnicos da Prefeitura vistoriam as 25 demandas pré-selecionadas e elaboram as estimativas de custos, antes da etapa de definição das obras.

3.3.10 ¿Cómo se divulgan los resultados del proceso del presupuesto participativo después de aprobado?

Através da publicação e distribuição para as COMFORÇA do Plano de Empreendimentos aprovado, no qual se encontram dados sobre os valores, escopo, localização, órgão executor de cada obra aprovada. No site da PBH estão disponíveis as informações sobre o Orçamento Participativo. E também, ao longo desses 12 anos a PBH tem elaborado várias publicações com a divulgação dos números e resultados do OP. Em cada obra, em construção, e já realizada são colocadas placas com os valores, e outros dados. E por fim, são divulgadas na TV as obras realizadas pelo Orçamento participativo.

3.4 Dimensión jurídico - legal e institucional del proceso

3.4.1 ¿Cómo se articula la estructura administrativa con el presupuesto participativo?

(implicación de funcionarios, contactos con las estructuras de participación ciudadana)?

R: O Orçamento Participativo Regional consiste no levantamento de demandas de empreendimentos pela população e na escolha das obras que serão executadas no município, no âmbito das nove regiões administrativas em que é subdividido. Nesta fase são as Regionais que respondem e coordenam a implementação da discussão pública.

A articulação entre a estrutura administrativa e o OP se dá durante todo o processo. Todas as demandas são analisadas por técnicos das políticas setoriais afins e verificando se encontram dentro das diretrizes elaboradas pelo governo. Aquelas que se enquadram nas diretrizes são vistoriadas por técnicos para serem orçadas e enviadas à plenária de delegados para votação.

Durante a fase de execução das obras esta articulação se dá através do Grupo Gerencial do Orçamento Participativo – GGOP, que orienta quanto à concepção dos projetos visando garantir o escopo aprovado dentro dos recursos inicialmente previstos, sempre em discussão com a COMFORÇA.

- 3.4.2 ¿Existe un instrumento formal o informal para la implantación del presupuesto participativo?
(Leyes, regimiento interno, ordenanza, etc.)

R: O Orçamento Participativo em Belo Horizonte está ancorado na política municipal. É um programa de governo com rubrica própria, mas não há uma Legislação que o normatize institucionalmente. Desde a implantação do Orçamento Participativo foi feita a discussão da importância ou não de sua regulamentação. No entanto, no decorrer do processo se percebeu que a característica fundamental do orçamento participativo é seu aperfeiçoamento e auto regulação e que uma legislação específica reduziria suas possibilidades ou o estancaria, tirando sua flexibilidade. A boa relação estabelecida com a sociedade como um todo, dá-se pela constância e continuidade da experiência de Belo Horizonte, bem como o cumprimento do compromisso de realização das iniciativas aprovadas nos OP ao longo destes 12 anos. Ainda que se trate de compromisso não regulamentado, a dimensão política e ética do OP foi assimilada como um compromisso do governo democrático popular do município.

- 3.4.3 ¿Cuál es la relación entre el presupuesto participativo y los instrumentos de planificación local y urbana, por ejemplo: Plan estratégico, Plan de Desarrollo Urbano, Plan de Ordenamiento Territorial?

R: Entre os vários instrumentos de planejamento desenvolvidos na cidade de Belo Horizonte que guardam uma relação com o OP podemos destacar o Plano Diretor, Plano Global Específico (PGE) e o Plano de

Saneamento Municipal. As diretrizes contidas nestes instrumentos são também diretrizes para acolher as demandas do OP. Na fase de análise e parecer técnico todas as demandas são analisadas e permanecem para as próximas etapas do OP apenas aquelas que atendem a todas as diretrizes destes planos municipais.

Os Planos Globais Específicos – PGE são instrumentos de planejamento das intervenções em vilas e favelas, incorporados em 1995 ao Plano Diretor para promover a intervenção estrutural nas vilas e favelas e em 1998 ao OP, tornando-se um pré-requisito para aprovação e orientação das intervenções demandadas. Assim, a aprovação de recursos para onde ainda não existe PGE já definido ou executado se dá juntamente com a aprovação de recursos para a sua elaboração. Esta consiste em estudos detalhados de um determinado núcleo ou aglomerado de favelas, abordando os aspectos urbanístico - ambiental, sócio – econômico, organizativo e jurídico – legal e é estruturado em 03 fases: Diagnóstico (realidade física, jurídica e social), priorização das ações e obras e definição de etapas de implantação. O PGE incorpora a participação popular em suas diversas etapas, com a constituição de um Grupo de Referência que acompanha e fiscaliza a elaboração do plano e as intervenções futuras. A discussão e aprovação das diversas etapas e a priorização das intervenções são realizadas em assembleias populares.

Já o Plano Municipal de Saneamento é destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade. Dentro dele se encontra o DRENURBS, que trata da renaturalização dos cursos d'água da cidade - saneamento ambiental de fundos de vales e drenagem urbana e o PROPAM programa de recuperação e desenvolvimento ambiental da bacia da Pampulha. Estes planos norteiam, em pequenas escalas, demandas à elas relacionadas.

3.4.4 ¿Cuáles son otros instrumentos de participación en el Municipio, por ejemplo: mesas de concertación, Consejos sectoriales, Asambleas municipales, Asambleas Comunales? ¿Cómo se relaciona el presupuesto participativo con estos instrumentos de participación popular?

A participação popular vem sendo construída em Belo Horizonte, nestes últimos doze anos, numa Rede de organizações e fóruns onde governo e população se fazem representar com a capilaridade necessária para o envolvimento de amplas camadas de cidadãos e cidadãs.

No âmbito local regional as COMFORÇA - responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do OP, as comissões locais e distritais de saúde e a comissão regional de transporte se debruçam sobre temas específicos da política setorial, tendo como objetivo questões referentes à implantação destas políticas ou empreendimentos no nível local.

O CRP – Conselho Regional Popular, embora de caráter local, pode também cumprir papel mais geral na abordagem de temas transversais e intersetoriais na região de origem, tendo em vista sua composição, assentada na representação de segmentos mais amplos da regional, com a participação do governo, do legislativo municipal e da sociedade.

Os conselhos e comissões temáticas tratam das políticas setoriais específicas no âmbito do município, a exemplo dos Conselhos Municipais da habitação, da Educação, da Saúde, de Políticas Urbanas.

Os conselhos e comissões temáticas tratam das políticas setoriais específicas no âmbito do município, a exemplo dos Conselhos Municipais da Habitação, da Educação, da Saúde e de Políticas Urbanas.

O Conselho da Cidade possui uma atuação de caráter mais abrangente, traduzindo em um ganho organizativo e político para o poder público e para a população, pois (representa) traduz a possibilidade real de tratar (de) com todos os programas da administração municipal numa perspectiva intersetorial, articulados (aos) com os aspectos comuns existentes entre os vários conselhos, na formulação e implementação destes programas. Visando atender com eficácia a estes objetivos, sua composição foi alterada, buscando aumentar a interlocução entre governo e sociedade. Dessa forma, o Conselho constitui-se por representantes de associações de classe, concessionárias de serviços públicos, órgãos estaduais, municipais, conselhos locais, academia e ONGs, dentre outros.

(Como o OP se relaciona com estes outros instrumentos de PP?)

A fim de cumprir o propósito de relacionar e articular as instâncias de participação popular em Belo Horizonte, buscou-se formas de representação mútua entre estas instâncias – por exemplo, com os membros das COMFORÇA integrando o Conselho da Cidade – ; atribuiu-se regimentalmente ao Conselho da Cidade a função de apreciar e sugerir mudanças na metodologia do Orçamento Participativo, e, por parte do OP, estabeleceu-se consulta às secretarias temáticas e seus respectivos conselhos no estabelecimento das diretrizes para escolha de empreendimentos ou para apreciação de demandas – por exemplo, no caso de a população demandar a construção de um CAC – Centro de Apoio Comunitário, tal demanda é apreciada pelas instâncias correlatas. O OP interage, ainda, com os conselhos e comissões das políticas sociais e urbanas no que se refere a alterações metodológicas, como no caso de articular a rota de expansão do Programa Social BH Cidadania ao volume de demandas de empreendimentos nas áreas de maior vulnerabilidade social apontadas pelo Programa.

3.4.5 ¿Cómo funciona la metodología del presupuesto participativo (consultivo, deliberativo)?

O OP tem caráter deliberativo.

O OP de Belo Horizonte é um processo deliberativo sobre a destinação de recursos exclusivos para este fim (geralmente são destinados a cada Ciclo do OP em torno de R\$ 50 milhões), cuja metodologia prevê que os participantes, a cada etapa do processo, elejam dentre seus pares os delegados que os representarão nas fases subsequentes de escolha que culminam na votação final do plano de empreendimentos do ciclo e dos integrantes das Comissões Regionais que acompanharão sua realização (COMFORÇAS):

Na 1ª rodada, aberta à comunidade em geral, os moradores da respectiva sub – região pré selecionam 25 empreendimentos (01 por bairro) e escolhem seus delegados ao Fórum Regional, da seguinte maneira:

- delegados em função da presença (1 delegado para cada 10 presentes até o limite de 200 moradores presentes; mais 1(um) delegado para cada 15 presentes, no intervalo entre 201 a 400 presentes; mais 1 (um) delegado para cada 20 presentes, acima de 400 presentes. Para cada delegado escolhido é eleito um suplente).
- 01 delegado(a) representante de Associação Comunitária legalmente estabelecida

Na 2ª rodada são eleitos os delegados que têm a atribuição de eleger o Plano Regional de Empreendimentos e a COMFORÇA – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo.

Vale ressaltar, também, os aspectos metodológicos que norteiam a escolha dos empreendimentos – diretrizes e critérios – apropriados e aceitos pelos participantes, e representados a cada ciclo com as possíveis alterações

- 3.5.1 ¿Existen sub-alcaldías, alcaldías menores, distritos, regiones, zonas, parroquias y otras formas de descentralización municipal?
 ¿Desde cuándo?
 ¿Cuántas existen?

Existem (09) nove administrações regionais que desde a reforma administrativa em 2000 funcionam como secretarias de administração regional. Os Administradores regionais são Secretários de Administração Regional, participam das reuniões deliberativas do primeiro escalão da equipe de governo e são responsáveis por executar diretamente grande parte dos serviços prestados e atender à população de forma mais próxima.

- 3.5.2 ¿Cuántas regiones o distritos existen para el presupuesto participativo?

No processo do Op as regiões são divididas em sub - regiões e Unidades de Planejamento (UP) que compreendem os bairros e vilas do município conforme quadro geral a seguir:

Nome da Região Administrativa	Sub - Regiões	Numero de UP	Numero de Bairros / Vilas
Barreiro	05	08	66
Centro - Sul	03	13	43
Leste	04	09	45
Nordeste	06	08	59
Noroeste	05	10	68
Norte	04	08	50
Oeste	04	07	41
Pampulha	04	10	46
Venda Nova	06	08	47
TOTAL	09	41	81

- 3.5.3 ¿Cuáles son los criterios, en caso que existan, para la asignación de recursos del presupuesto participativo entre las Alcaldías, distritos, regiones, zonas, parroquias, etc.?

Trata-se de critérios construídos a partir da utilização de instrumentos de planejamento, dentre os quais: Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQVU, Plano Global Específico – PGE e Áreas Prioritárias para Inclusão Social.

O IQVU mede aspectos relativos à oferta de equipamentos e serviços urbanos. Para o cálculo do IQVU, foi adotada a divisão das regiões áreas menores, denominadas Unidades de Planejamento – UP. As UP totalizam 81 áreas na cidade. Grandes aglomerados de vilas constituem UP independentes.

As UP foram hierarquizadas por ordem decrescente do IQVU, sendo que as 26 UP de melhor índice, compõem as chamadas Sub – Regiões Especiais. A distribuição de recursos é diretamente proporcional à população e inversamente proporcional ao IQVU

Áreas Prioritárias para Inclusão Social são áreas onde as condições

de pobreza estão concentradas, hierarquizadas mediante um conceito operacional de pobreza relativa combinado ao de pobreza absoluta, envolvendo as dimensões econômica, social e ambiental – urbana, no universo dos 2564 setores censitários definidos pelo IBGE. O mapeamento destas áreas é utilizado no planejamento e definição de prioridades das políticas públicas, sendo que, demandas apresentadas ao OP pelas comunidades das Áreas Prioritárias recebem um peso baseado na proporção dessa população em relação à população da região, que se traduz em fator multiplicador dos votos na 2ª rodada e no Fórum Regional .

Planos Globais Específicos – PGE são instrumento de planejamento das intervenções em vilas e favelas, incorporados em 1995 ao Plano Diretor e em 1998 ao OP, tornando-se um para promover a intervenção estrutural nas vilas e favelas pré-requisito para aprovação e orientação das intervenções demandadas. Assim, a aprovação de recursos para onde ainda não existe PGE já definido ou executado se dá juntamente com a aprovação de recursos para a sua elaboração. Esta consiste em estudos detalhados de um determinado núcleo ou aglomerado de favelas, abordando os aspectos urbanístico - ambiental, sócio – econômico, organizativo e jurídico – legal e é estruturado em 03 fases: Diagnóstico (realidade física, jurídica e social), priorização das ações e obras e definição de etapas de implantação. O PGE incorpora a participação popular em suas diversas etapas, com a constituição de um Grupo de Referência que acompanha e fiscaliza a elaboração do plano e as intervenções futuras. A discussão e aprovação das diversas etapas e a priorização das intervenções são realizadas em assembleias populares.

A construção dos critérios para a distribuição dos recursos utiliza os instrumentos acima mencionados, relacionando-os ao número de habitantes de cada região, sub-região, Unidades de Planejamento e ao número de participantes destas nas várias etapas do OP.

Assim, são critérios para a distribuição de recursos no OP:

- Distribuição dos recursos por espaço territorial regional a partir das Unidades de Planejamento – UP: quanto mais populosa a região e menor IQVU, maior volume de recursos; quanto menos populosa a região e maior IQVU, menor volume de recursos.
- Aprovação de, no mínimo, 01 (uma) obra por sub – região e, no máximo, 01 (uma) obra por bairro
- Exigência de taxa mínima de presença na rodada de seleção de empreendimentos no Fórum Regional do Orçamento Participativo
- Sub – Regiões Especiais têm assegurados 10% dos recursos do OP.
- Áreas Prioritárias recebem um peso que se traduz em fator multiplicador dos votos na 2ª rodada e no Fórum Regional.

3.5.4 ¿Cuáles son los valores recibidos por cada distrito, región, zona, parroquia, etc.? (2003, 2004, estimado para el 2005)

O Orçamento Participativo de BH passou a ser bi – anual a partir de 1999 / 2000. Assim, os valores recebidos pelas regiões nos biênios 2001-2002 e 2003-2004 são os seguintes:

OP 2003 - 2004	
REGIONAL, SUB-REGIAO E UP	RECURSOS
TOTAL DA REGIONAL BARREIRO >====>	10.345.723,00
TOTAL DA REGIONAL CENTRO-SUL >====>	6.732.516,00
TOTAL DA REGIONAL LESTE >====>	7.543.708,00
TOTAL DA REGIONAL NORDESTE >====>	9.319.866,00
TOTAL DA REGIONAL NOROESTE >====>	10.562.362,00
TOTAL DA REGIONAL NORTE >====>	8.026.553,00
TOTAL DA REGIONAL OESTE >====>	7.992.355,00
TOTAL DA REGIONAL PAMPULHA >====>	4.297.357,00
TOTAL DA REGIONAL VENDA NOVA >====>	9.829.560,00
TOTAL	74.650.000,00

3.6 Evaluación y Aspectos innovadores

3.6.1 Describa los principales aspectos innovadores de su experiencia de presupuesto participativo (lo que la hace única), en la cual estos elementos están propuestos.

- Promoção da inversão de prioridades com distribuição de recursos através do IQVU e proporcional à população de cada subregião.
- Desconcentração dos empreendimentos através da fixação do número de obras por bairro e sub – região e pela criação das UP especiais
- Existência de instância de controle e fiscalização diretamente ligada ao acompanhamento da execução dos empreendimentos aprovados, a COMFORÇA.
- Está dimensionado para relacionar os aspectos de urbanização física e social
- Integração da urbanização física e social com a adoção de Áreas Prioritárias para Inclusão Urbana e Social
- Elabora projetos executivos detalhados, introduzindo a prática de realizar obras e intervenções com qualidade técnica.
- Realização do OP HABITAÇÃO

- Exercício de alocação de recursos envolvendo população e poder público na indicação de necessidades e na construção de critérios para distribuição de recursos
- Priorização de empreendimentos de acordo com diretrizes de planejamento das secretarias municipais temáticas, condicionando a possibilidade de escolha de equipamentos a serem implantados orientada pela suficiência ou insuficiência da rede de serviços já existentes nas áreas de saúde, educação, assistência social e cultura, entre outras
- Incorporação dos Planos Diretores de Vilas e Favelas, dos Planos Globais Específicos e do Plano Diretor de Drenagem para a orientação das intervenções a serem definidas no OP
- Definição do processo de urbanização das vilas e favelas
- O OP pressupõe e induz ao planejamento num processo onde a população aponta a necessidade, aloca recursos e prioriza investimentos, levando em conta critérios técnicos e de planejamento.

IV- OUTROS ELEMENTOS RELEVANTES:

- conta com altos índices de participação desde a sua origem e de gozar de sólida credibilidade por parte da população;
- constitui uma das mais continuadas experiências de gestão participativa no país e que não sofreu rupturas em seu conteúdo geral e na sua condução, por três mandatos consecutivos;
- está dimensionado para relacionar os aspectos de urbanização física e social, numa perspectiva de planejamento da cidade;
- produz benefícios de grande abrangência e relevância social para a cidade.

Nestes doze anos, todas as iniciativas empreendidas para fortalecer e promover os avanços das práticas do Orçamento Participativo em Belo Horizonte envolveram mudanças em regras anteriormente vigentes, passando por ajustes metodológicos, reformulação e implementação de

novos instrumentos de planejamento, a busca da universalização de serviços e benefícios.

Histórico

O Orçamento Participativo consolidou os espaços territoriais constituídos por nove regiões administrativas, sub dividido em sub-regiões, Unidades de Planejamento (UP) como referência para para o levantamento e a indicação dos empreendimentos. Garantiu o aporte de recursos distribuídos de forma diretamente proporcional à população e garantiu a inversão de prioridades como princípio básico da gestão, destinando maiores recursos para as regiões mais carentes e mais populosas.

Em 1996, estruturou-se o Orçamento Participativo da Habitação, com dotação orçamentária específica, ampliando o leque de definições do Orçamento Participativo e destinação de lotes urbanizados e unidades habitacionais para famílias sem casa, organizadas em núcleos.